



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

180

HABEAS CORPUS Nº 0193911-9

COMARCA: Abreu e Lima (3ª Vara Criminal)
IMPETRANTE: Martha Maria Guaraná Martins de Siqueira e Ulisses
Narcizo Dornelas de Souza Júnior
PACIENTE: Carlos Henrique Cavalcanti de Siqueira
PROCURADOR: Ricardo Lapenda Figueiroa
RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. PACIENTE ACUSADO DA PRÁTICA DOS CRIMES DESCRITOS NO ART. 297, C/C ART. 71, CAPUT, AMBOS DO CÓDIGO PENAL, E ART. 14 DA LEI 10.826/03, TUDO C/C O ART. 69, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL. TRANCAMENTO PARCIAL DA AÇÃO PENAL. CONFIGURAÇÃO. PRISÃO CAUTELAR SEM FUNDAMENTAÇÃO. OCORRÊNCIA. LIBERDADE PROVISÓRIA CONCEDIDA.

I – Não tendo se configurado a materialidade do delito de porte ilegal de arma de fogo (Art. 14, da Lei 10.826/2003), é de se trancar a ação penal originária nesse aspecto, por evidente falta de justa causa.

II – A gravidade abstrata dos delitos não justifica, isoladamente, a custódia cautelar, nem tampouco meras conjecturas acerca de risco à ordem pública ou à instrução criminal, revelando-se desfundamentada a medida excepcional, autorizando, por conseguinte, a concessão da Liberdade Provisória do Paciente, mediante assinatura de termo de compromisso.

III – Ordem concedida. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *Habeas Corpus* nº 0193911-9, tendo como paciente **Carlos Henrique Cavalcanti de Siqueira**, ACORDAM os Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **conceder a ordem**, nos termos do relatório e voto anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife, 18 de novembro de 2009.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



181

HABEAS CORPUS Nº 0193911-9

COMARCA: Abreu e Lima (3ª Vara Criminal)

IMPETRANTE: Martha Maria Guaraná Martins de Siqueira e
Ulisses Narcizo Dornelas de Souza Júnior

PACIENTE: **Carlos Henrique Cavalcanti de Siqueira**

PROCURADOR: Ricardo Lapenda Figueiroa

RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho

RELATÓRIO

Os impetrantes Martha Maria Guaraná Martins de Siqueira e Ulisses Narcizo Dornelas de Souza Júnior ajuizaram pedido de Habeas Corpus liberatório em favor de **CARLOS HENRIQUE CAVALCANTI DE SIQUEIRA**, qualificado nos autos, alega, que **foi preso em flagrante, no dia 13 de julho de 2009**, pela suposta prática dos delitos previstos no art. 297 (falsificação de documento público) e, art. 328, parágrafo único (usurpação de função pública qualificada), ambos do Código Penal.

Que, responde perante o Juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca de Abreu e Lima ao Processo-crime nº 247.2009.001516-1, o qual aponta como autoridade coatora.

Os impetrantes, à fl. 25, dizem que o paciente sofre constrangimento ilegal na sua liberdade de ir e vir, tendo em vista os inúmeros fundamentos para reconhecer tal situação irregular, vejamos:

- a) "autoridade policial incompetente que efetuou a lavratura do flagrante;
- b) descumprimento das regras que excepcionalmente permitiriam a efetuação da prisão por autoridade policial diferente do lugar da infração;
- c) ausência de justa causa para o recebimento da denúncia;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
BR-215
182

- d) ausência de *materialidade* do delito tipificado no artigo 14 do Estatuto do Desarmamento;
- e) ausência de exame de corpo de delito para verificação da falsidade do documento apreendido;
- f) ausência de elementos que denotem a efetiva prática de uso do suposto documento falsificado na forma continuada”;

Com a inicial de fls. 02/26, foram juntados os documentos de fls. 27/183.

Às fls. 189/196, indeferi o pedido liminar requerido na inicial, oportunidade em que solicitei informações ao Juiz de 1º Grau, que as prestou (fls. 194/196), noticiando a tramitação da ação penal aforada contra o acusado.

Nesta instância, o douto Procurador de Justiça Criminal, na pessoa do Dr. Ricardo Lapenda Figueiroa, ofereceu parecer (fls. 200/205), opinando pela **concessão, em parte, da ordem.**

É o relatório.

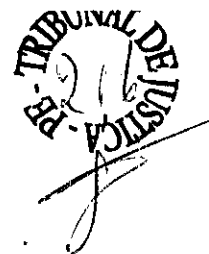
VOTO

Trata-se de *Habeas Corpus* liberatório, onde os impetrantes alegam que o paciente **CARLOS HENRIQUE CAVALCANTI DE SIQUEIRA**, sofrer coação ilegal em sua liberdade de ir e vir, haja vista inexistir justa causa para o processamento da ação penal que tramita em seu desfavor.

Insurgem-se, inicialmente, contra denegação de Liberdade Provisória e, conseqüente, manutenção de Prisão Preventiva, sem que houvesse prova da materialidade do cometimento de tais crimes. Que não restou provada a conduta



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



183

descrita no art. 297, do CP, pois a carteira apreendida não foi periciada perante o Instituto de Criminalística deste Estado, ficando, assim, prejudicada a acusação neste sentido, uma vez que não existe prova da materialidade delitiva.

Alegam, ainda, que:

"Inúmeros foram os fundamentos para reconhecer tal situação irregular, desde o encarceramento inicial procedido pela autoridade policial incompetente que efetuou a lavratura do flagrante (verifica-se, inclusive, o descumprimento das regras que excepcionalmente permitiriam a efetuação da prisão por autoridade policial diferente do lugar da infração), passando pela ausência de justa causa para o recebimento da denúncia (ausência de materialidade do delito tipificado no artigo 14 do Estatuto do Desarmamento; ausência de exame de corpo de delito para verificação da falsidade do documento apreendido; e, a ausência de elementos que denotem a efetiva prática do uso do suposto documento falsificado na forma continuada), culminando com o indeferimento do pedido de liberdade provisória, com a devida licença, o achincalhe da situação (para não dizer destes profissionais subscreventes) quando o digno Promotor de Justiça questionou a autenticidade de todos os documentos probatórios trazidos para que o Paciente pudesse, ao menos responder em liberdade aos termos da presente ação" fl. 25.

Observo que ao acusado é imputado a prática dos crimes previstos nos art. 297, c/c o art. 71, caput, ambos do Código Penal, e art. 14 da Lei 10.826/03, tudo c/c o art. 69, caput, do Código Penal.

Consta da denúncia de fls. 34/40, que:

"Conforme abaixo explicitado, o denunciado cometeu sequência de crimes de elevadíssima ofensividade e que resultaram em efetivo atentado à segurança do sistema prisional do Estado de Pernambuco, bem como, notoriamente, contra autoridades policiais civis e militares, tendo por fim sido preso em flagrante no dia 13 de julho de 2009 em razão de operação policial já



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



184

anteriormente deflagrada e que resultou em seu monitoramento ante as sequenciais ilicitudes cometidas, de tudo resultando a demonstração de que se trata de pessoa de alta periculosidade ao meio social e com necessidade de que lhe seja aplicada a lei penal no limite máximo das possibilidades ora postuladas, inclusive com permanente encarceramento até o limite de tempo legal possível" (fl. 35 - grifos nossos).

Conforme a Denúncia, o Paciente esteve nos dias 27 e 28 de junho no COTEL, portando carteira funcional falsa, para acompanhar a autuação em flagrante do seu irmão ERASMO CAVALCANTI SIQUEIRA, apresentando-se à Delegada de Plantão, Dra. KELLY CRISTINA. Depois, a peça acusatória aduz que o Paciente, no dia 28, portava arma sem autorização legal, dentro e fora do COTEL. Arma que não foi apreendida, diga-se de logo. São atitudes, as do Paciente, que, de plano, me parecem as de uma pessoa bastante perdida ou bastante ingênua.

Sigo lendo a cópia da Denúncia:

"Na mesma data e nas instalações do COTEL, o denunciado se encontrava portando arma de fogo consubstanciada por um revólver, o qual foi, como de rotina, custodiado pelos agentes penitenciários lá em serviço pelo período em que ocorreu seu ingresso no estabelecimento prisional, para o que apresentou a carteira funcional falsa na forma acima descrita, restando evidenciado que portou referida arma em via pública do local de onde se originou até o COTEL e, por consequência, no percurso de retorno pela via pública, restando evidenciado nos autos (dados impresso e obtidos pelo Ministério Público por consulta ao SINRM, via sistema INFOSEG), que o denunciado tem o registro da arma consubstanciada pelo revólver de marca S&W, com capacidade para seis munições, série numero 5K55463. **Entretanto, as evidências deixam translúcida a inexistência de autorização legal para portar arma de fogo e, portanto, qualquer conduta do tipo é ilícito penal previsto no que dispõe a Lei número 10.826/03 e consoante abaixo devidamente tipificado, tudo com a circunstância de que também ocorreu porte ilegal dentro de**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



185

estabelecimento prisional e de que decorreu incomensurável risco à segurança do local, já que poderia ter havido dominação dos agentes penitenciários lá em exercício e conseqüente fuga ou morte de presos e servidores públicos, no mínimo" (fl. 36 – grifos nossos).

Ao prestar as informações solicitadas (fls. 194/196), a Juíza de 1º Grau noticia que os fatos apurados são extremamente graves e atentam contra a segurança do Sistema Prisional do Estado, o que, no meu entendimento, são apreciações, *data venia*, bastante simplistas e, ao mesmo tempo, exacerbadas.

A douta Juíza não parece preocupada com a materialidade dos delitos, pois informa que, segundo as testemunhas do flagrante, dias antes da prisão do Paciente, mais precisamente no dia 28 de junho, o mesmo acusado CARLOS HENRIQUE CAVALCANTI DE SIQUEIRA teria ingressado no COTEL, portando um revólver e também carteira funcional falsa. E ainda que o Paciente, por ocasião da prisão, atribuiu à autoridade policial, Dra. KELLY CRISTINA, a prática de crime de corrupção ativa, consistente na apropriação do dinheiro da fiança do irmão dele Paciente. E informa que o representante do Ministério Público requisitou a instauração de inquérito policial, para apurar crime de denúncia caluniosa contra op Paciente.

Informa ainda à fl. 195, que:

"Este Juízo indeferiu o pedido de liberdade provisória formulado pela defesa do paciente, por entender que a concessão do benefício em tais circunstâncias, notadamente no atual estágio processual, implica grave ofensa à ordem pública, por causar descrédito nas autoridades responsáveis pela repressão à criminalidade e servir de estímulo a condutas criminosas semelhantes, além de transmitir à sociedade em geral sensação de impunidade".

A douta Procuradoria de Justiça, em seu Parecer de fls. 200/205, opinou pela concessão, em parte, da ordem, apenas para trancar a ação penal movida contra o paciente, sob o n. 247.2009.001516-1, **no que tange a imputação de ter o mesmo**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



186

praticado a conduta delitiva prevista no artigo 14, da Lei n. 10.826/03, ante a inexistência da materialidade criminosa (grifo nosso).

É cediço que, em sede de Habeas Corpus, só excepcionalmente é possível o trancamento da ação penal. O que acontece quando o fato imputado não constitui crime, nem mesmo em tese, ou quando existirem elementos probatórios bem definidos de que o acusado não participou da ação delitiva. Ou estiver extinta a punibilidade por qualquer das causas elencadas no art. 107, do Código Penal, sendo defeso, também, na via estreita do *writ*, a análise aprofundada das provas (HC nº 127883-5, TJPE, 3ª Câmara Criminal). Neste sentido:

*“O trancamento de ação penal por falta de justa causa, postulado na via estreita do **habeas corpus** somente se viabiliza quando, pela mera exposição dos fatos na denúncia, se constata que há imputação de fato penalmente atípico ou que inexistente qualquer elemento indiciário demonstrativo da autoria do delito pelo paciente” (STJ, RSTJ 94/353).*

O trancamento da Ação Penal, por inépcia da Denúncia ou por falta de justa causa, só pode ser acolhido quando sua deficiência impedir a compreensão da peça acusatória e, conseqüentemente, a plena defesa do réu; o que não se verifica na hipótese dos autos, pois a inicial contém a exposição dos fatos tidos como delituosos, embora a exposição apresente-se de modo bem simplista e, ao mesmo tempo, exacerbado, como o decreto de fls. 100/101, que recebeu a Denúncia.

Compulsando os autos, verifica-se que, no exato momento do flagrante, do dia 13 de julho de 2009, nenhuma arma foi apreendida com o denunciado/paciente, conforme o Auto de Apresentação e Apreensão de fls. 120.

Assim, o réu, ora Paciente, e seus patronos têm elementos probatórios suficientes para a devida Defesa, dentro do Processo originário, que já teve, inclusive, Audiência de Instrução, realizada no dia 21 de agosto de 2009, conforme cópia



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



187

que junto em 09 (nove) laudas, em face de pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento Processual de 1º grau.

O trancamento da Ação Penal, em via de Habeas Corpus, é medida sempre **excepcional**, não tendo razão de ser no caso concreto presente.

No último dia 09 de novembro de 2009, o Juízo monocrático indeferiu novo pedido de liberdade provisória do Paciente, sem qualquer fundamentação idônea, em decisão que junto em 01 (uma) lauda, após pesquisa no Sistema JUDWIN. Afirma o decreto que o acusado, ora Paciente, apresenta *"conduta que indica possibilidade de cometimento de novos ilícitos, contribuindo para a sensação de impunidade e descrença nas instituições"*. Diz também que há informações de que o denunciado, ora Paciente, está envolvido em *"crimes graves"*, sem dizer quais, e que o afastamento do réu do convívio social é medida necessária e imprescindível para a manutenção da ordem pública e a aplicação da lei penal.

Nada há, no caso concreto presente, que indique ser a liberdade do Paciente CARLOS HENRIQUE CAVALCANTI SIQUEIRA um risco à ordem pública ou à instrução criminal, que ainda não se encerrou porque existem Cartas Precatórias a serem devolvidas, segundo a última anotação da Audiência do dia 21 de agosto.

Assim como a gravidade abstrata dos delitos não possui o condão de, por si só, justificar a prisão cautelar, também meras conjecturas, como as que foram feitas, *data venia*, nos decretos cautelares, não servem para a sua imposição. A prisão provisória, de natureza eminentemente cautelar e, por conseguinte, **não satisfativa**, somente poderá ser mantida quando alguns dos requisitos mencionados no art. 312 do CPP estiverem presentes, e nunca pela singela reprodução das expressões ou dos termos legais, expostos na norma de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



188

regência, divorciada dos fatos concretos, ou baseada em meras suposições. Neste sentido, decisão do STJ, no HC 72.619-MS, da relatoria do Min. NILSON NAVES, Sexta Turma, julgamento em 22.11.2007.

Até 1977, antes da Lei 6.416/77, que introduziu o parágrafo único ao art. 310 do CPP, quando a lei dizia que um crime era inafiançável, ou que para ele não cabia fiança, conforme o previsto nos arts. 323 e 324, ambos do CPP, a consequência que daí resultava **era mesmo gravíssima**, como ensina EUGÊNIO PACELLI: o preso era mantido na prisão até o julgamento da causa. Entretanto, com o advento da Lei 6416/77, a regra passou a ser a liberdade provisória, **sem fiança**, desde que inexistentes razões para a decretação da prisão preventiva. A Constituição de 1988 chegou, então, desatualizada, em tema de liberdade provisória, trazendo uma enorme perplexidade ao renovar ou ressuscitar a antiga expressão da **inafiançabilidade**, cujo único significado **era (e ainda é, para os seguidores de nossa doutrina), a impossibilidade de aplicação do regime de liberdade com fiança**. No *caput* do art. 310, parágrafo único, do CPP, encontramos a modalidade de liberdade provisória mais comum e de mais freqüente aplicação, cuja exigência única é o comparecimento a todos os atos do processo, sob pena de revogação, que a doutrina resolveu dar o nome de liberdade vinculada, como a dizer que a liberdade provisória está relacionada aos escopos do processo (*in* "Curso de Processo Penal", 10ª edição, Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2008, p. 458/460).

O Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional o dispositivo dos parágrafos únicos dos arts. 14 e 15 da Lei 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento), sob a alegação de ser desproporcional, ferindo o princípio da razoabilidade. Afinal, os referidos delitos estariam sendo equiparados aos delitos mais graves previstos na Constituição Federal (ADI 3.112 – DF, Tribunal Pleno, relator Min. RICARDO LEWANDOWSKI, decisão de 02.05.2007).

A excepcionalidade da prisão cautelar, no Sistema Positivo brasileiro, é necessária consequência da presunção de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal




189

não-culpabilidade, expressa como garantia individual na Constituição da República. E, no caso concreto presente, falta aos decretos cautelares a persuasiva motivação, o que caracteriza constrangimento ilegal, devendo o Paciente responder ao Processo em liberdade, salvo se demonstrada a existência de elementos concretos autorizadores de sua custódia cautelar em outro momento.

Por todo o exposto, **CONCEDO PARCIALMENTE A ORDEM**, para conferir ao Paciente a liberdade provisória, nos termos do art. 310, parágrafo único, do CPP, mediante a assinatura de Termo de Comparecimento a todos os atos do Processo, termo que deverá ser lavrado perante o Juízo monocrático.

Expeça-se o competente Alvará de Soltura Clausulado em favor do Paciente CARLOS HENRIQUE CAVALCANTI DE SIQUEIRA, tudo referente ao Processo n. 247.2009.001516-1, se por outro motivo não estiver preso.

Recife, 18 de 11 de 2009.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Relator